

Rumo à Maturidade Digital: A Jornada GovTech de Moçambique (2020–2025)

Prof. Doutor Eng.º Lourino Alberto Chemane

Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC)

lourino.chemane@intic.gov.mz

Eng.º Onélio da Mena Marcos Zavala

Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, na Divisão de Governança Digital do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC)

onelio.zavala@intic.gov.mz

Maputo, 21 de Janeiro de 2026

Resumo

Este artigo analisa a evolução da maturidade GovTech em Moçambique¹ no período de 2020 a 2025, com base no *GovTech Maturity Index (GTMI)* do Banco Mundial, enquanto instrumento de avaliação da Governança Digital e da Transformação Digital do sector público. Através de uma abordagem quantitativa, comparativa e complementada por análise institucional-normativa, examina-se a evolução da pontuação global do país e o seu desempenho nos quatro pilares do índice: Sistemas Centrais de Governo e Infraestrutura Digital (CGSI), Prestação de Serviços Públicos Digitais (PSDI), Envolvimento Digital dos Cidadãos (DCEI) e Habilitadores GovTech, incluindo Políticas, Instituições e Capacidades (GTEI). A análise é enquadrada pelo conjunto de instrumentos orientadores, legais e regulamentares em elaboração, em revisão e em fase inicial de concepção em Moçambique, nomeadamente a Estratégia de Governo Digital, a Política e Estratégia Nacional de Governança de Dados, a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, a Estratégia Nacional de Transformação Digital, a Lei de Segurança Cibernética, a Lei de Crimes Cibernéticos, a Lei de Protecção de Dados Pessoais, os Regulamentos de Centros de Dados e de Computação em Nuvem e a revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade de Governo Electrónico, que estruturam directamente os pilares institucionais e tecnológicos do GovTech. Os resultados indicam que Moçambique mantém uma evolução gradual e estruturalmente consistente, permanecendo no Grupo C (Foco Moderado), com destaque para o crescimento dos habilitadores GovTech, que reflecte o fortalecimento do quadro político, jurídico e institucional da Governança Digital. Contudo, observa-se uma redução do Envolvimento digital dos cidadãos, evidenciando uma assimetria entre os avanços normativos e a apropriação efectiva dos serviços públicos digitais. A comparação com a SADC e a CPLP mostra que o país ocupa uma posição intermédia, ainda distante dos líderes regionais e lusófonos. O principal desafio reside menos na formulação de novos instrumentos e mais na operacionalização efectiva dos existentes, na consolidação da interoperabilidade, na governança de dados e na expansão do uso massivo de plataformas e serviços digitais. Conclui-se que a consolidação do ecossistema GovTech em Moçambique dependerá da capacidade de transformar os instrumentos estratégicos e legais em soluções digitais integradas, funcionais e amplamente utilizadas, sustentando uma trajectória realista de progressão do Grupo C para o Grupo B do *GovTech Maturity Index*.

Palavras-chave: GovTech, Moçambique, Governança Digital, Governo Digital, SADC, CPLP, GTMI, Transformação Digital.

¹ Moçambique, representado pelo INTIC, é membro do Grupo de Trabalho GovTech do Banco Mundial acompanhando os trabalhos dos subgrupos de Interoperabilidade, *Mobile Government*, e *Cloud Computing*.

1. Introdução

A Transformação Digital do sector público em Moçambique insere-se num movimento mais amplo de modernização do Estado, orientado para o reforço da governação, a melhoria da eficiência administrativa e a construção de serviços públicos mais transparentes, interoperáveis e centrados no cidadão. Assim, os conceitos de Governação Digital, Governo Digital e *GovTech* não devem ser compreendidos como abordagens paralelas, mas como dimensões complementares de um mesmo processo de reforma estrutural do Estado.

A Governação Digital refere-se ao conjunto de políticas, normas, instituições e mecanismos de coordenação que asseguram a gestão estratégica dos dados, das plataformas tecnológicas e dos sistemas digitais do Estado. O Governo Digital, por sua vez, materializa essa governação através da digitalização de processos, serviços públicos e interações com cidadãos e empresas. O *GovTech* representa a dimensão operacional e mensurável dessa transformação, avaliando até que ponto os sistemas governamentais estão preparados para oferecer serviços digitais integrados, seguros, eficientes e orientados para resultados.

Neste sentido, o Banco Mundial, através do *Global Program on GovTech & Public Sector Innovation*, desenvolveu o *GovTech Maturity Index (GTMI)* como um índice composto que mede o grau de maturidade da Transformação Digital do sector público (World Bank Group, 2021, 2022a, 2025a). O *GTMI* avalia quatro áreas críticas: (i) Sistemas Centrais de Governo e Infraestrutura Digital (*Core Government Systems Index - CGSI*), (ii) Prestação de Serviços Públicos Digitais (*Public Service Delivery Index - PSDI*), (iii) Envolvimento Digital dos Cidadãos (*Digital Citizen Engagement Index - DCEI*) e (iv) Habilitadores *GovTech*, incluindo Políticas, Instituições e Capacidades (*GovTech Enablers Index - GTEI*).

Moçambique tem vindo a consolidar, de forma progressiva, um quadro jurídico, regulatório e estratégico que sustenta a sua agenda de Governo Digital, incluindo a elaboração de instrumentos como: a Estratégia de Governo Digital, a Política e Estratégia Nacional de Governação de Dados, em fase de revisão para a elaboração da versão final; a Estratégia Nacional de Governo Digital, a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial e a Estratégia Nacional de Transformação Digital, em fase inicial de elaboração, com conclusão prevista para o corrente ano de 2026; a Lei de Segurança Cibernética e a Lei de Crimes Cibernéticos, apreciadas pelo Conselho de Ministros e submetidas à Assembleia da República para

aprovação; a Lei de Protecção de Dados Pessoais, em elaboração e aberta para contribuições públicas; o Regulamento de Centros de Dados e o Regulamento de Computação em Nuvem, aprovados pelo Conselho de Ministros; e a revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade do Governo Electrónico, em fase final de consolidação. Estes instrumentos estruturam directamente os pilares avaliados pelo *GTMI*, sobretudo o *GTEI* e o *CGSI*.

O desempenho de Moçambique no *GovTech Maturity Index* não deve ser interpretado apenas como um resultado estatístico, mas como um reflexo do estágio de maturidade do seu ecossistema de Governança Digital. A análise do *GTMI* torna-se, portanto, uma ferramenta estratégica para avaliar a coerência, a eficácia e a sustentabilidade das reformas digitais do Estado moçambicano.

O objectivo deste artigo é descrever o desempenho numérico de Moçambique no *GTMI* entre 2020 e 2025 e enquadrar esse desempenho no contexto das reformas estruturantes em curso, demonstrando como o país está a construir, de forma progressiva, os fundamentos de um verdadeiro ecossistema *GovTech*. Os objectivos específicos incluem: (i) descrever a evolução dos indicadores nacionais; (ii) comparar o desempenho de Moçambique com os países da *SADC* e *CPLP*; e (iii) identificar as barreiras críticas que impedem a ascensão para grupos de liderança digital.

2. Metodologia

A metodologia adoptada neste artigo combina uma abordagem quantitativa e uma análise documental de natureza qualitativa, permitindo não apenas medir o desempenho de Moçambique no *GovTech Maturity Index (GTMI)*, mas também interpretar esse desempenho à luz do quadro estratégico, legal e regulamentar que sustenta a governação digital no país. O estudo baseia-se, em primeiro lugar, nos dados oficiais do *GovTech Maturity Index* do Banco Mundial referentes às edições de 2020, 2022 e 2025, World Bank Group (2021, 2022a, 2025a), utilizando como fonte principal os dados primários disponibilizados pelo Banco Mundial, o que assegura rigor metodológico, consistência temporal e comparabilidade internacional dos resultados.

A análise quantitativa incide sobre as pontuações normalizadas do índice, expressas numa escala contínua de 0 a 1, bem como sobre a classificação dos países nos quatro grupos de maturidade definidos pelo *GTMI*: Grupo A (Líderes), Grupo B (Desempenho Significativo),

Grupo C (Foco Moderado) e Grupo D (Nível Mínimo). Para além da pontuação global do *GTMI*, são examinados de forma sistemática os quatro pilares que estruturam o índice: Sistemas Centrais de Governo e Infraestrutura Digital (*CGSI*), Prestação de Serviços Públicos Digitais (*PSDI*), Envolvimento Digital dos Cidadãos (*DCEI*) e Habilitadores *GovTech*, incluindo Políticas, Instituições e Capacidades (*GTEI*), permitindo identificar padrões diferenciados de evolução e assimetrias entre as dimensões técnica, institucional e social da transformação digital.

Complementarmente, o estudo incorpora uma análise qualitativa dos principais instrumentos orientadores, legais e regulamentares de governação digital em Moçambique, em diferentes estágios de desenvolvimento, incluindo os que se encontram em elaboração, em revisão e em fase inicial de concepção. Entre estes destacam-se a Estratégia de Governo Digital, a Política e Estratégia Nacional de Governação de Dados, a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, a Estratégia Nacional de Transformação Digital, a Lei de Segurança Cibernética, a Lei de Crimes Cibernéticos, a Lei de Protecção de Dados Pessoais, os Regulamentos de Centros de Dados e de Computação em Nuvem, bem como a revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade de Governo Electrónico. Estes instrumentos são analisados como variáveis estruturantes que influenciam directamente os pilares *CGSI* e *GTEI* do *GTMI*, permitindo estabelecer uma relação entre a evolução normativa-institucional e o desempenho observado no índice.

O estudo estrutura-se, assim, em três dimensões analíticas complementares. A primeira é longitudinal, permitindo observar a evolução temporal do desempenho de Moçambique entre 2020 e 2025 e identificar tendências de progresso, estagnação ou regressão nos diferentes pilares do *GTMI*. A segunda é transversal, baseada na comparação do desempenho de Moçambique em 2025 com o dos países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*SADC*) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (*CPLP*), enquadrando o posicionamento nacional nos contextos regional e lusófono. A terceira é institucional-normativa, orientada para a análise do grau de alinhamento entre o desempenho no *GTMI* e o estágio de maturidade das políticas públicas, leis e regulamentos que estruturam a agenda nacional de Governo Digital e *GovTech*.

As tabelas e os gráficos comparativos incluem a totalidade dos países integrantes da *SADC* e da *CPLP*, assegurando uma visão abrangente e representativa da posição relativa de Moçambique. Esta abordagem metodológica integrada permite não apenas avaliar quantitativamente o nível de maturidade *GovTech* do país, mas também compreender os

factores estruturais que explicam o seu desempenho, identificar lacunas entre planeamento estratégico e implementação prática, e extrair implicações concretas para o desenho de políticas públicas, reformas institucionais e prioridades de investimento em governação digital.

3. Resultados e Discussão

3.1. Evolução das Pontuações de Moçambique no período 2020 – 2025

Moçambique tem apresentado uma trajectória estável na sua maturidade digital, com variações moderadas nas pontuações dos pilares que compõem o seu desempenho *GovTech*, mantendo-se consistentemente classificado no Grupo C do *GovTech Maturity Index (GTMI)* nas edições de 2020, 2022 e 2025 (World Bank Group, 2021, 2022a, 2025a). Esta categoria caracteriza economias com iniciativas em curso para fortalecer aspectos estruturais de *GovTech*, embora ainda com níveis de maturidade médios no conjunto das quatro áreas avaliadas pelo índice.

Os relatórios do *GovTech Maturity Index* de 2020, 2022 e 2025 não disponibilizam publicamente os valores numéricos específicos do *GTMI* para os países em texto acessível; apenas a classificação por grupos (A, B, C e D) é divulgada nos resumos e apresentações oficiais. Cada uma destas edições avaliou a maturidade de *GovTech* em praticamente todos os países do mundo - 198 economias nas versões de 2020 e 2022 e 197 economias na actualização de 2025 - sendo que Moçambique figura em todas elas na categoria Grupo C, tipicamente associada a pontuações no intervalo intermédio do índice (World Bank Group, 2021, 2022a, 2025a).

Embora as pontuações específicas não estejam disponíveis directamente nos relatórios oficiais, elas podem ser consultadas no ***GovTech Maturity Index (GTMI) Data Dashboard***². O *GovTech Maturity Index (GTMI) Data Dashboard* é uma plataforma interactiva desenvolvida pelo Banco Mundial que apresenta mapas, gráficos e visualizações para permitir aos utilizadores explorar dados sobre a maturidade da transformação digital no sector público em todo o mundo. Através desta ferramenta é possível consultar o conjunto de dados do *GTMI*, que abrange quatro áreas críticas de *GovTech* (sistemas centrais de

² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/data/interactive/2022/10/21/govtech-maturity-index-gtmi-data-dashboard>.

governo, prestação de serviços públicos digitais, envolvimento digital dos cidadãos e habilitadores GovTech), bem como o banco de dados de mais de 1 560 projectos relacionados com GovTech financiados pelo Banco Mundial em 148 países desde 1995. A *Dashboard* oferece filtros e vistas personalizáveis que facilitam análises por economia, região, componentes do índice e tendências ao longo do tempo, servindo como recurso para investigadores, decisores e profissionais envolvidos na concepção e monitoria de iniciativas de Transformação Digital pública (World Bank Group, 2022b).

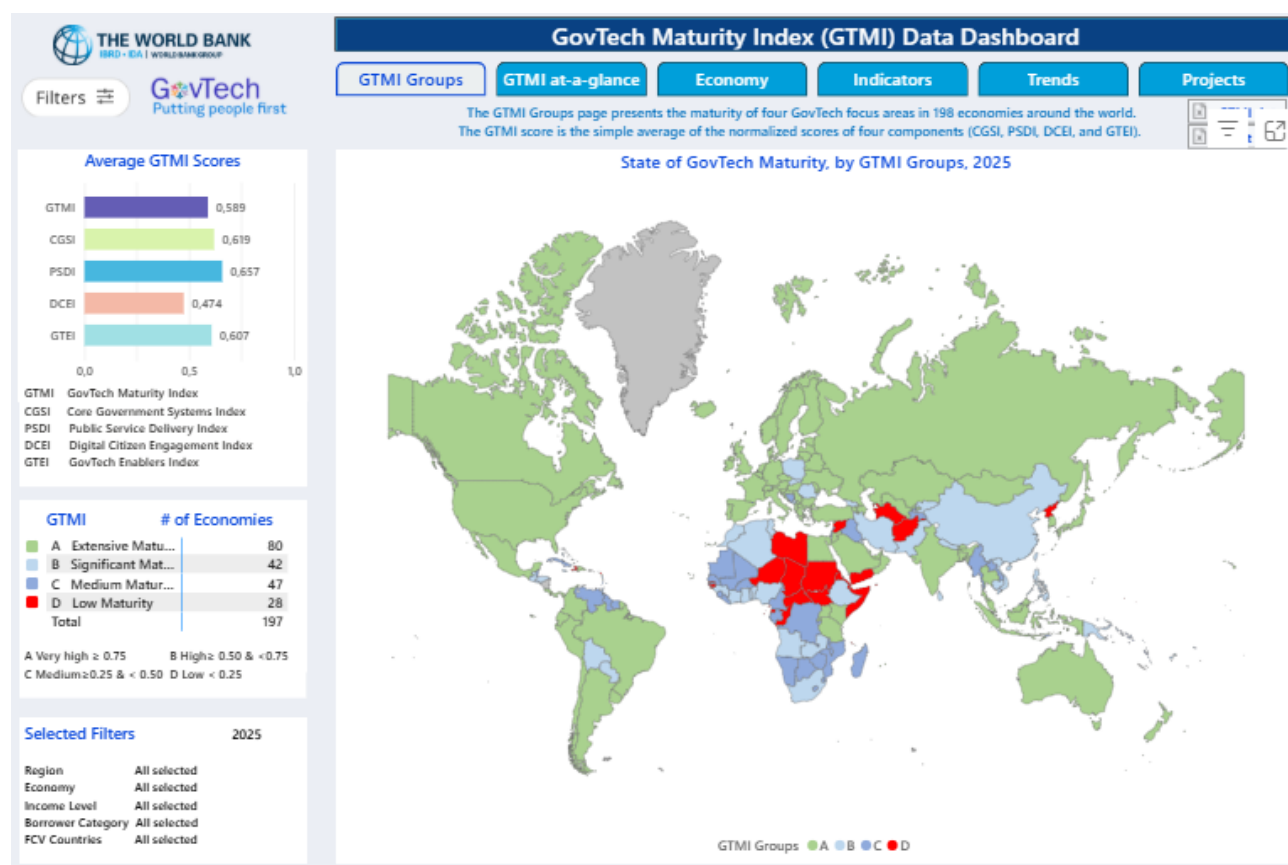


Figura 1: GovTech Maturity Index (GTMI) Data Dashboard (World Bank Group, s.d.).

As pontuações específicas de Moçambique são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1: Pontuações específicas de Moçambique no GovTech Maturity Index (2020 - 2025) (World Bank Group, s.d.).

Componente	2020	2022	2025
GTMI	0,350	0,353	0,393
CGSI	0,468	0,444	0,484
PSDI	0,481	0,474	0,435
DCEI	0,214	0,260	0,135
GTEI	0,238	0,236	0,518

A Tabela 1 demonstra além da pontuação geral (*GTMI*), outras quatro pontuações, nomeadamente: Sistemas Centrais de Governo e Infraestrutura Digital (*Core Government Systems Index - CGSI*), Prestação de Serviços Públicos Digitais (*Public Service Delivery Index - PSDI*), Envolvimento Digital dos Cidadãos (*Digital Citizen Engagement Index - DCEI*) e Habilitadores GovTech, incluindo Políticas, Instituições e Capacidades (*GovTech Enablers Index - GTEI*).

A seguir apresenta-se o gráfico com as pontuações de Moçambique no *GovTech Maturity Index* (2020 – 2025).

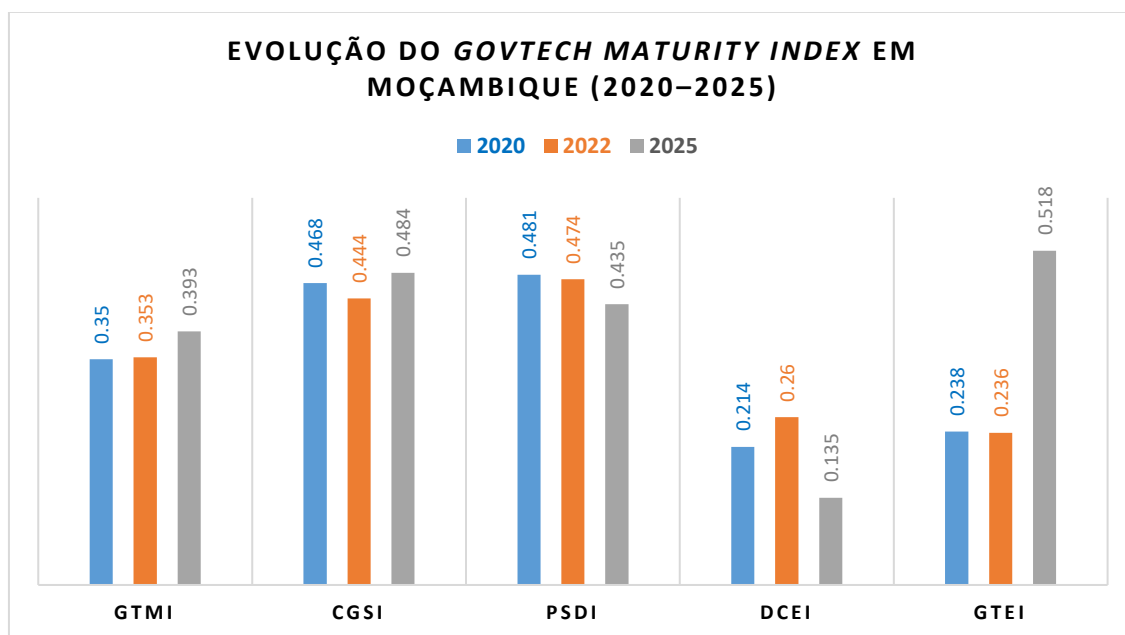


Gráfico 1: Evolução do *GovTech Maturity Index* em Moçambique (2020 - 2025) (World Bank Group, s.d.).

O Gráfico 1 revela uma trajectória de Transformação Digital complexa e desigual. Enquanto alguns pilares mostraram progresso significativo, outros enfrentaram estagnação ou mesmo regressão. A análise por componente é a seguinte:

- **GTMI (*GovTech Maturity Index*)** - O índice principal confirma um progresso lento, mas constante. Subiu de 0.350 (2020) para 0.393 (2025), reflectindo uma melhoria geral modesta na maturidade GovTech do país;
- **CGSI (*Core Government Systems Index*)** - Este indicador, que mede os sistemas centrais de gestão do governo, apresentou estabilidade com uma ligeira recuperação. Após uma pequena queda em 2022, subiu para 0.484 em 2025, atingindo o seu ponto mais alto no período. Isso revela que investimentos em

sistemas de finanças públicas, registos ou administração interna começam a dar frutos;

- ***PSDI (Public Service Delivery Index)*** - Este é o pilar mais preocupante, apresentando uma tendência de declínio consistente. Caiu de 0.481 (2020) para 0.435 (2025). Este retrocesso indica que a prestação de serviços públicos *online* à população e às empresas pode não ter evoluído na velocidade necessária ou enfrenta barreiras significativas de adopção e usabilidade;
- ***DCEI (Digital Citizen Engagement Index)*** - Este indicador, que mede o envolvimento dos cidadãos através de canais digitais, teve uma trajetória volátil e negativa. Após um pico em 2022, caiu drasticamente de 0.26 para 0.135 em 2025. Esta queda sugere que, apesar do fortalecimento das estruturas e habilitadores *GovTech*, a adopção e participação da população em serviços digitais ainda são limitadas, possivelmente devido a barreiras de acesso, literacia digital ou infraestrutura insuficiente; e
- ***GTEI (GovTech Enablers Index)*** – Neste indicador temos a grande história de sucesso do período. Este pilar, que mede os factores habilitadores (como política, legislação, competências e infraestrutura digital), duplicou o seu valor, saltando de 0.238 para 0.518 em 2025. Isto significa que Moçambique criou, nos últimos anos, um ambiente jurídico, regulatório e estratégico para a implementação de iniciativas *GovTech* no futuro.

O forte crescimento do ***GTEI*** (factores habilitadores) contrasta com a estagnação ou queda no ***PSDI*** (prestação de serviços) e ***DCEI*** (envolvimento cidadão). Isto sugere que Moçambique fez um bom trabalho a nível de estratégias, políticas e enquadramento, mas agora enfrenta o desafio crítico de operacionalizar estas bases em serviços concretos e canais de participação eficazes.

3.2. Comparação de Desempenho *GovTech* de Moçambique com *SADC* e com *CPLP*, de 2020 a 2025

A presente secção realiza uma análise comparativa das pontuações de Moçambique no *GovTech Maturity Index*, de 2020 a 2025, confrontando-as com os desempenhos médios observados entre os países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

(SADC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com vista a evidenciar semelhanças, divergências e áreas de progresso relativo nessas regiões.

3.2.1. Comparação de Desempenho GovTech de Moçambique com SADC, de 2020 a 2025

Moçambique apresenta uma trajetória consistente e de estabilidade no Grupo C de *GTMI*, de 2020 a 2025, evidenciando um foco moderado na agenda GovTech que, embora preserve fundamentos tecnológicos, carece do dinamismo necessário para a ascensão de categoria.

Tabela 2: Desempenho GovTech dos países da SADC, de 2020 a 2025 (World Bank Group, s.d.).

País	GTMI e Categoria		
	2020	2022	2025
Maurícias	0.574 - B	0.864 - A	0.944 - A
Tanzânia	0.555 - B	0.860 - A	0.880 - A
África do Sul	0.772 - A	0.562 - B	0.623 - B
Zâmbia	0.408 - C	0.554 - B	0.602 - B
Angola	0.481 - C	0.447 - C	0.593 - B
Zimbabwe	0.390 - C	0.460 - C	0.452 - C
Botswana	0.372 - C	0.369 - C	0.469 - C
Eswatini	0.280 - C	0.394 - C	0.459 - C
RDC	0.231 - D	0.299 - C	0.393 - C
Moçambique	0.350 - C	0.353 - C	0.393 - C
Madagáscar	0.257 - C	0.312 - C	0.378 - C
Namíbia	0.307 - C	0.416 - C	0.363 - C
Seychelles	0.417 - C	0.452 - C	0.351 - C
Lesoto	0.327 - C	0.385 - C	0.343 - C
Malawi	0.384 - C	0.284 - C	0.328 - C
Comores	0.137 - D	0.262 - C	0.186 - D

No contexto da SADC, de acordo com a Tabela 2, o país ocupa consistentemente, de 2020 a 2025, uma posição intermédia-baixa (Grupo C); apesar de superar a Comores (Grupo D), encontra-se aquém de vizinhos directos como a África do Sul e a Zâmbia, e distante da liderança regional, das Maurícias e da Tanzânia. Vide a Figura 1 que melhor descreve o desempenho GovTech (*GTMI*) dos países de SADC, de 2020 a 2025.



Figura 2 – Gráficos que Descrevem o Desempenho GovTech dos países da SADC, de 2020 a 2025 (World Bank Group, s.d.).

A região de SADC apresenta uma clara divisão entre líderes, adoptantes emergentes e países com desafios significativos. **Maurícias** e **Tanzânia** consolidaram-se como **líderes incontestáveis**, alcançando e mantendo a categoria no Grupo A (a mais alta) desde 2022. A **África do Sul**, apesar de fazer parte do Top 3 da região, apresentou um comportamento desagradável de 2020 a 2022, onde saiu do Grupo A para Grupo B onde permaneceu até 2025.

Um grupo de países, incluindo **Zâmbia** e **Angola**, mostrou uma trajetória de melhoria consistente, conseguindo ascender do Grupo C para o Grupo B em 2025. Este é um sinal positivo de que investimentos e reformas em *GovTech* estão a ganhar notoriedade em várias nações.

Em contraste, vários países permaneceram no Grupo C ao longo do período, com progresso muito modesto (ex.: **Moçambique, Zimbabwe**) ou mesmo com flutuações para baixo de 2022 a 2025 (ex.: **Namíbia, Seychelles e Lesoto**). Isto aponta para desafios estruturais persistentes na Transformação Digital do sector público.

Países como **Botswana, Eswatini, RDC e Madagáscar**, apesar de permanecerem no Grupo C, apresentam flutuações positivas para cima, o que demonstra melhorias em investimentos e reformas em *GovTech*.

Comores permanece como o país com maior desafio, sendo o único ainda no Grupo D em 2025, embora tenha melhorado desde 2020. Isto destaca as dificuldades específicas que as nações menores e menos desenvolvidas enfrentam nesta jornada.

Conforme se pode constatar na Tabela 2, a pontuação do país aumentou de 0.350 (2020) para 0.353 (2022) e, posteriormente, para 0.393 (2025), o que conferiu a permanência do país no Grupo C durante o período em alusão. Apesar de apresentar uma melhoria contínua, o ritmo de Moçambique é lento o que colocou o país no 9º lugar (empatado com a RDC), em relação a SADC.

3.2.2. Comparação de Desempenho GovTech de Moçambique com a CPLP, de 2020 a 2025

Este ponto analisa a evolução do desempenho *GovTech* de Moçambique no contexto da CPLP entre 2020 e 2025, permitindo enquadrar a posição do país face a realidades digitais e institucionais distintas.

Tabela 3: Desempenho *GovTech* dos países da CPLP, de 2020 a 2025 (World Bank Group, s.d.).

País	GTMI e Categoria		
	2020	2022	2025
Brasil	0.918 - A	0.975 - A	0.986 - A
Portugal	0.841 - A	0.833 - A	0.900 - A
Cabo-Verde	0.511 - B	0.822 - A	0.774 - A
Angola	0.481 - C	0.447 - C	0.593 - B
Timor-Leste	0.305 - C	0.335 - C	0.410 - C
Moçambique	0.350 - C	0.353 - C	0.393 - C
São Tomé e Príncipe	0.224 - D	0.218 - D	0.187 - D
Guiné-Bissau	0.212 - D	0.2024 - D	0.177 - D
Guiné Equatorial	0.054 - D	0.093 - D	0.126 - D

A Tabela 3 revela uma estrutura de maturidade digital profundamente desigual entre os Estados-membros da CPLP. A seguir apresenta-se a Figura 2 que melhor descreve o desempenho *GovTech* (*GTMi*) dos países da CPLP, de 2020 a 2025.

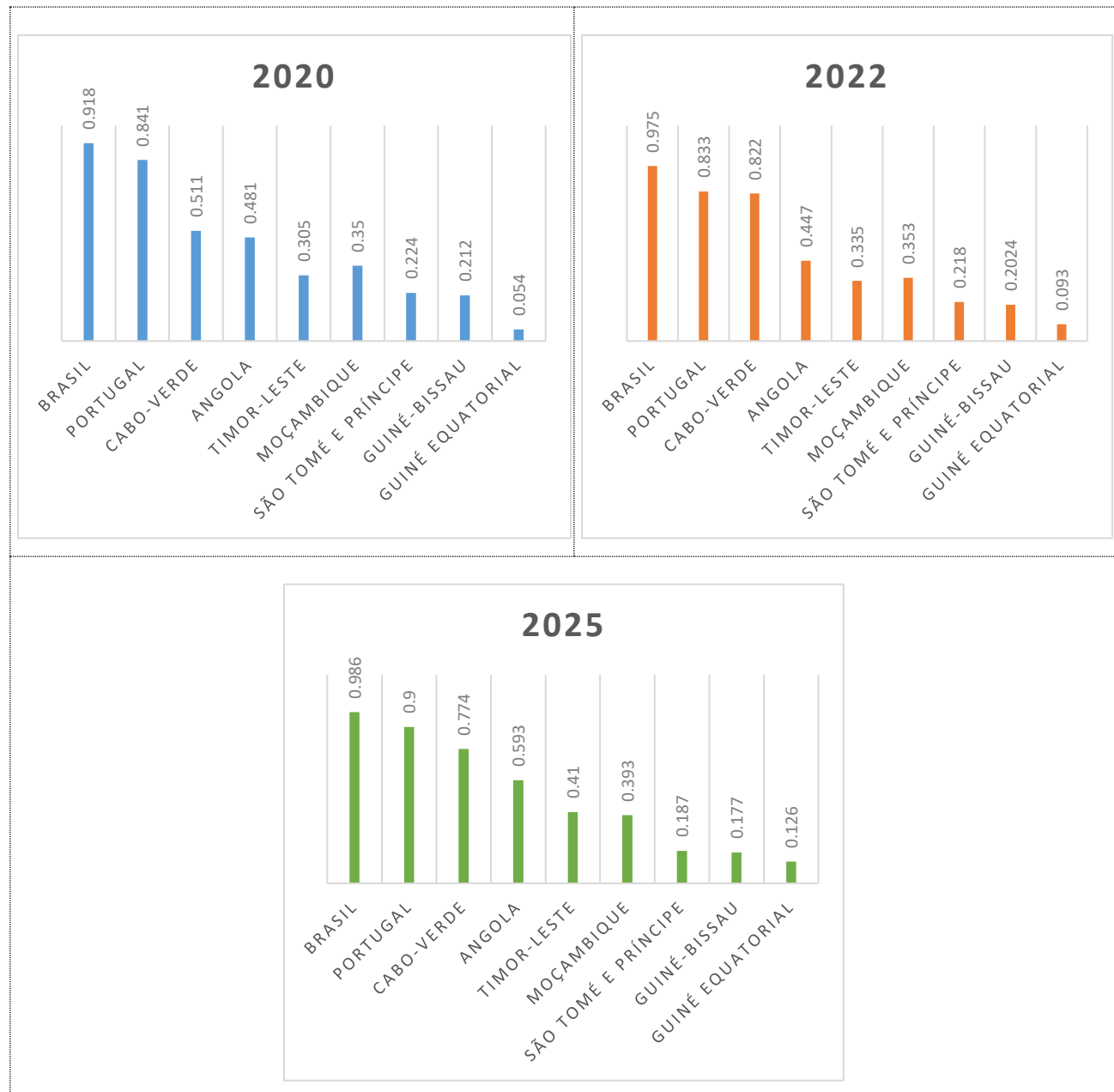


Figura 3 - Gráficos que Descrevem o Desempenho *GovTech* dos países da CPLP, de 2020 a 2025 (World Bank Group, s.d.).

Brasil, Portugal e Cabo Verde formam um grupo de alta maturidade que se manteve ou alcançou a categoria do Grupo A. O **Brasil** destaca-se não apenas como líder na comunidade, mas também como uma referência global, com um índice próximo da perfeição (0.986) em 2025. **Cabo Verde** realizou um progresso notável, saltando do Grupo B para o A entre 2020 e 2022, e mantendo no mesmo grupo em 2025, demonstrando uma Transformação Digital acelerada e bem-sucedida no sector público.

Angola é o caso mais notável de melhoria acentuada de 2022 a 2025. O país evoluiu consistentemente do Grupo C para o Grupo B em 2025, superando a pontuação de 0.5. Esta trajectória indica um compromisso sustentado com a modernização digital do Governo.

Moçambique e Timor-Leste permanecem no Grupo C, mostrando uma evolução positiva, mas a um ritmo lento. Ambos os países aumentaram os seus índices de forma modesta ao longo do período, sugerindo a existência de iniciativas de *GovTech*, mas enfrentando desafios para uma implementação mais ampla e profunda.

Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe constituem um grupo que permanece no Grupo D a mais baixa. Embora a Guiné Equatorial mostre a maior taxa de crescimento relativo (partindo de uma base muito baixa), os seus valores absolutos ainda são muito reduzidos. A Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe viram, inclusive, os seus índices recuarem ligeiramente entre 2020 e 2025, o que aponta para dificuldades estruturais significativas na consolidação de uma agenda digital governamental.

A pontuação de Moçambique, apresentada na Tabela 3, figura nas menos expressivas entre os países da CPLP, o que coloca o país na 6ª posição em relação a CPLP.

4. Perspectivas de Evolução do *GovTech* em Moçambique à Luz das Reformas Estruturantes em Curso

4.1. Interoperabilidade e Infraestrutura: Impacto no CGSI

A revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade do Governo Electrónico constitui um elemento estruturante para a evolução do pilar *Core Government Systems Index (CGSI)*, na medida em que estabelece as bases normativas e técnicas para a integração efectiva dos sistemas de informação do Estado. A interoperabilidade, entendida nas suas dimensões técnica, semântica, organizacional e jurídica, é um pré-requisito essencial para a prestação de serviços públicos digitais verdadeiramente integrados, evitando a fragmentação institucional, a duplicação de investimentos tecnológicos e a manutenção de silos de informação.

Neste domínio, é fundamental distinguir entre dois níveis de intervenção complementares actualmente em curso no país. Por um lado, o INTIC lidera o processo de revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade, que define os princípios, padrões, modelos de governação e requisitos obrigatórios para a integração entre plataformas governamentais. Trata-se de um exercício de natureza normativa e estratégica, que cria o

enquadramento legal e institucional indispensável para a interoperabilidade no sector público. Em paralelo, o Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) conduz igualmente o processo de desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade, que corresponde à materialização técnica desses princípios, traduzindo-os numa infraestrutura digital operacional capaz de suportar a troca segura e padronizada de dados entre sistemas. O trabalho desenvolvido pelo INAGE apresenta uma dimensão complementar, centrada sobretudo na modernização, integração e racionalização dos sistemas de gestão administrativa e financeira do Governo.

Enquanto o INTIC define e implementa a camada transversal de interoperabilidade, o INAGE actua sobre os sistemas nucleares de gestão pública que serão grandes consumidores e produtores de dados na futura arquitectura interoperável. A complementaridade entre estas duas frentes é estratégica: a Plataforma de Interoperabilidade só será plenamente eficaz se os sistemas estruturantes geridos pelo INAGE estiverem tecnicamente preparados para a integração, e a modernização desses sistemas ganha escala e valor quando inserida num ecossistema nacional interoperável coordenado pelo INTIC.

Entre as iniciativas em curso, importa destacar o trabalho desenvolvido pelo INAGE no âmbito da construção da Plataforma de Interoperabilidade, do desenvolvimento do Portal de Serviços do Cidadão, da implementação da Identidade Digital e da consolidação da GovNet e dos seus serviços, bem como, de forma complementar, o trabalho em estágio avançado conduzido pelo INTIC na operacionalização do Sistema de Certificação Digital de Moçambique, que viabiliza o uso de assinaturas electrónicas reconhecidas pelo Estado nos termos da Lei de Transacções Electrónicas e do respectivo Regulamento, e na elaboração de instrumentos legais e regulamentares nas áreas da Segurança Cibernética, Protecção de Dados e Prevenção e Combate aos Crimes Cibernéticos, essenciais para a criação de um ambiente de confiança e para a prestação de serviços públicos digitais seguros e fiáveis em Moçambique.

Neste mesmo contexto, os regulamentos de Centros de Dados e de Computação em Nuvem aprovados pelo Governo estabelecem a base para uma arquitectura tecnológica moderna, resiliente e escalável. Estes instrumentos permitem ao Estado optimizar custos operacionais, aumentar a disponibilidade e a continuidade dos serviços digitais, reforçar a segurança da informação e consolidar a soberania digital, factores directamente associados ao fortalecimento do pilar *CGSI* no *GTMI*.

Importa ainda destacar o papel do Sistema de Certificação Digital de Moçambique (SCDM), sob tutela do INTIC, que deve ser analisado em duas dimensões complementares. A primeira é a componente de Infraestrutura de Chaves Públicas (*PKI*), que integra o núcleo da *Digital Public Infrastructure (DPI)* do Estado. A instalação da Autoridade Certificadora Raiz do Estado representa um marco estruturante, pois cria a base de confiança criptográfica sobre a qual podem operar as futuras Autoridades Certificadoras de segundo nível, responsáveis pela emissão de certificados digitais para cidadãos, empresas e entidades públicas. Esta infraestrutura está preparada para suportar, de forma segura e soberana, a expansão de serviços de identidade digital, autenticação forte, assinaturas electrónicas e protecção de transacções electrónicas.

A segunda dimensão do SCDM corresponde às aplicações e serviços, onde se destaca o desenvolvimento do Assinador Avançado, que operacionaliza na prática o uso das assinaturas electrónicas qualificadas. Este tipo de soluções demonstra o potencial da *PKI* como habilitador directo de serviços públicos digitais seguros, juridicamente válidos e baseados na confiança digital, com impacto transversal sobre processos administrativos, contratação pública, gestão documental e serviços ao cidadão.

Em conjunto, a revisão do Quadro de Interoperabilidade, o desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade e a modernização dos sistemas estruturantes, a consolidação dos regulamentos do Centros de Dados e da Computação em Nuvem, bem como a implementação do SCDM nas suas componentes de infraestrutura e de aplicações, configuram uma arquitectura integrada de base para o fortalecimento estrutural do *CGSI*. Estes elementos demonstram que Moçambique está a passar de uma fase predominantemente normativa para uma fase de materialização técnica da interoperabilidade e da infraestrutura digital do Estado, condição indispensável para a evolução sustentada da sua maturidade *GovTech*.

4.2. Plataformas Digitais e Serviços em Expansão: Reforço Estruturante do Pilar *PSDI*

O desenvolvimento e a consolidação de plataformas digitais governamentais, como o Portal do Cidadão, o Sistema de Certificação Digital de Moçambique, a Plataforma de Interoperabilidade, o Sistema de Administração Financeira e as plataformas sectoriais (saúde, educação, justiça, entre outras), representa a materialização concreta da agenda *GovTech*. Estas plataformas funcionam como infraestruturas de serviço público, permitindo maior eficiência administrativa, redução da burocracia e maior transparência. A expansão

destas soluções tende a impactar positivamente o *Public Service Delivery Index - PSDI*, desde que seja acompanhada por estratégias de inclusão e literacia digital.

4.3. Do Ecossistema à Confiança Digital: Um Plano de Acção para Superar a Crise de Envolvimento Digital do Cidadão em Moçambique (indicador *DCEI*)

O indicador *DCEI* (*Digital Citizen Engagement Index*) de Moçambique registou uma queda preocupante de 0.26 para 0.135 em 2025, tornando-o o componente mais baixo do seu índice *GovTech*. Esta situação contrasta fortemente com o progresso no ambiente facilitador (*GTEI*), indicando que Moçambique criou bases (políticas, leis, estratégias), mas falhou em traduzi-las em interacção significativa e sustentada com os cidadãos.

O *DCEI* mede como os cidadãos interagem e influenciam o governo através de canais digitais. A trajectória negativa de Moçambique (0.214 → 0.260 → **0.135**) revela que:

- As plataformas de participação, quando existem, não são amplamente conhecidas, acessíveis ou vistas como eficazes pela população;
- Existe um distanciamento evidente entre o investimento em quadro jurídico, regulatório e estratégico que sustenta agenda de Governo Digital (*GTEI* elevado) e a geração real de envolvimento cívico (*DCEI* baixo); e
- Sem uma correcção estratégica, este distanciamento pode quebrar a confiança nas instituições públicas e limitar os benefícios da Transformação Digital.

Países com elevado desempenho no *DCEI*, como a Estónia, o Brasil e Portugal, evidenciam que o envolvimento digital resulta da combinação entre desenho centrado no cidadão, serviços com valor prático imediato, políticas activas de dados abertos, portais únicos de serviços públicos, mecanismos efectivos de feedback e estratégias de inclusão e literacia digital (OECD, 2020; United Nations, 2022; World Bank Group, 2021, 2025). Na base das experiências de Estónia, Brasil e Portugal, há uma série de acções que Moçambique pode adoptar para elevar o seu desempenho no *DCEI*, tais como:

- **Desenho Centrado no Cidadão:** As plataformas são criadas com base nas necessidades reais dos utilizadores, considerando factores como baixa conectividade e multilinguismo;
- **Ciclo de Feedback Fechado e Transparente:** Toda a participação gera uma confirmação e uma resposta substantiva dentro de um prazo público. Os cidadãos conseguem ver o impacto do seu contributo;

- **Políticas Claras de Dados Abertos e Transparência Pública:** Para além de publicar informação, promovem activamente o seu uso através de meios de comunicação social, academia e sociedade civil para monitoria e inovação;
- **Serviços Digitais com Valor Prático Imediato:** Estes serviços promovem pagamentos, registos, licenças, benefícios sociais;
- **Portais Únicos de Serviços Públicos:** Portais com elevado nível de usabilidade e com integração da identidade digital como instrumento transversal de acesso aos serviços; e
- **Estratégia Clara de Literacia e Inclusão Digital:** Reconhecem a exclusão digital e criam canais mistos (ex.: centros comunitários) e campanhas de literacia para garantir que ninguém fica para trás.

No contexto moçambicano, as iniciativas actualmente em curso no INTIC, no INAGE, no CEDSIF, na ADE, na ENPCT e nas Instituições de Ensino Superior são relevantes, mas, por si só, não garantem automaticamente a melhoria do *DCEI*. Muitas dessas iniciativas estão ainda concentradas na dimensão institucional e técnica do Governo Digital, com menor foco explícito na experiência do utilizador, na participação cidadã e na mobilização social para o uso dos serviços digitais. Assim, para que Moçambique consiga inverter a tendência negativa do *DCEI*, é necessário assumir este indicador como uma prioridade estratégica específica da Governação Digital.

Neste sentido, recomenda-se que Moçambique adopte as seguintes acções estruturantes:

1. Criação e consolidação de um Portal Único de Serviços Públicos Digitais, com foco na experiência do utilizador, acessível por dispositivos móveis e integrado com sistemas sectoriais prioritários (identificação civil, impostos, educação, saúde, registos, segurança social);
2. Desenvolvimento e operacionalização de um sistema funcional de Identidade Digital do cidadão, como base para acesso unificado aos serviços públicos electrónicos.
3. Institucionalização de mecanismos de participação pública digital, incluindo:
 - consultas públicas *online* para políticas e leis;
 - plataformas de petições electrónicas; e
 - mecanismos de *feedback* e avaliação dos serviços públicos digitais.
4. Integração do *DCEI* nos programas de literacia digital conduzidos pelo INAGE, pelas IESs e por parceiros estratégicos, ligando formação digital à utilização prática de serviços governamentais;

5. Programas específicos de inclusão digital comunitária, em parceria com a ENPCT, municípios, organizações da sociedade civil e sector privado, focados em mulheres, jovens, zonas rurais e populações vulneráveis;
6. Estratégia nacional de comunicação para o Governo Digital, que promova activamente os serviços digitais existentes, explique os seus benefícios e construa confiança pública no ecossistema *GovTech*;
7. Reforço da política de dados abertos e transparência digital, permitindo que os cidadãos acessem facilmente a informação pública relevante e percebam valor directo na transformação digital do Estado; e
8. Monitoria sistemática do *DCEI* como indicador prioritário, com metas específicas de melhoria nos próximos ciclos do *GTMI*.

Melhorar o *DCEI* não é apenas uma questão técnica, mas um imperativo de política pública, que deve ser integrado no núcleo da Estratégia Nacional de Governo Digital e da Estratégia Nacional de Transformação Digital.

4.4. Consolidação do Pilar *GTEI*: Políticas, Leis e Reformas Institucionais

O crescimento expressivo do *GovTech Enablers Index (GTEI)* em 2025 reflecte o fortalecimento progressivo e consistente do quadro normativo, institucional e estratégico promovido pelo Governo de Moçambique, com destaque para a actuação do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), enquanto entidade central da coordenação da Transformação Digital e da Governação Digital no país. Este avanço demonstra que Moçambique está a consolidar de forma estruturada e intencional os alicerces jurídicos, institucionais e organizacionais indispensáveis para a maturidade e sustentabilidade do seu ecossistema *GovTech*.

Neste contexto, está em curso em Moçambique, com o apoio do Banco Mundial através do Projecto EDGE, a elaboração da Estratégia de Governo Digital (incluindo os Padrões de Desenvolvimento de Serviços Públicos Digitais e a Estratégia de Governação de Dados), que responda directamente às necessidades do sector da Administração Pública e funcione como instrumento de implementação do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade dos Sistemas do Governo Electrónico e da Proposta de Política e Estratégia de Governação de Dados.

Moçambique, em parceria com a União Europeia, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (*GIZ*), a Agência de Desenvolvimento da União Africana (*AUDA-NEPAD*) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (*UNECA*), iniciou o processo de elaboração da Política e Estratégia Nacional de Governação de Dados, instrumento estruturante que estabelece as bases para a interoperabilidade dos sistemas governamentais, a partilha responsável e segura de dados públicos e a institucionalização da tomada de decisão baseada em evidências. Actualmente, o documento encontra-se em fase avançada de revisão técnica e institucional para a consolidação da sua versão final, estando o seu lançamento oficialmente previsto para o terceiro trimestre de 2026.

Paralelamente, Moçambique, em parceria com a *UNESCO*, iniciou a elaboração da Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, que introduzirá uma nova camada de sofisticação tecnológica na Administração Pública, permitindo a automação inteligente de processos, a análise preditiva e a melhoria substancial da eficiência administrativa. Esta estratégia encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, com a versão preliminar já produzida, e tem a sua conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2026.

No domínio mais amplo da Transformação Digital, Moçambique, em parceria com a União Internacional das Telecomunicações (*ITU*), está a elaborar a Estratégia Nacional de Transformação Digital, que estabelecerá a arquitectura macro do ecossistema digital governamental e orientará de forma integrada as iniciativas de Governo Digital, *GovTech* e inovação tecnológica no sector público. O lançamento oficial deste processo está previsto para 12 de Fevereiro de 2026, com conclusão programada para o quarto trimestre do mesmo ano.

No plano jurídico, Moçambique, em parceria com o Conselho da Europa, encontra-se a elaborar a proposta da Lei de Protecção de Dados Pessoais, actualmente em fase de consulta pública, reforçando o compromisso com a protecção dos direitos fundamentais e a confiança digital. Adicionalmente, em parceria com a Associação Moçambicana de Bancos (*AMB*), foram elaborados e aprovados pelo Conselho de Ministros o Regulamento de Centros de Dados e o Regulamento de Computação em Nuvem, que criam as condições jurídicas e técnicas necessárias para a expansão segura, eficiente e soberana das infraestruturas digitais do Estado.

No domínio da segurança digital, Moçambique elaborou, igualmente a Lei de Segurança Cibernética e a Lei de Crimes Cibernéticos, em parceria com o Conselho da Europa, ambas

já apreciadas pelo Conselho de Ministros e submetidas à Assembleia da República para aprovação, reforçando a resiliência do Estado face a riscos cibernéticos e a protecção do ecossistema digital nacional.

Por fim, Moçambique, em parceria com a União Europeia, encontra-se em fase final de consolidação da revisão do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade de Governo Electrónico, instrumento-chave para a integração sistémica dos sistemas governamentais e para a operacionalização efectiva do Governo Digital.

Em conjunto, este quadro coerente e articulado de políticas, estratégias, leis e regulamentos posiciona Moçambique numa trajectória sólida de consolidação institucional e normativa, compatível com uma evolução sustentada da maturidade *GovTech* e com uma futura transição realista do **Grupo C** para o **Grupo B** no *GovTech Maturity Index (GTMI)*.

4.5. Relevância Estratégica do *GTMI* para as Reformas Estruturantes, Definição de Prioridades Nacionais e Perspectiva de Crescimento de Moçambique

A análise do *GovTech Maturity Index (GTMI)* deve ser complementada pela leitura crítica de relatórios e estudos internacionais produzidos por organizações multilaterais, que oferecem evidências empíricas e quadros conceptuais capazes de sustentar, aprofundar ou contextualizar as constatações do índice. Destacam-se, em particular, os estudos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento sobre *Frameworks* de Governação de Dados, que fornecem uma base analítica para compreender a centralidade dos dados como activo estratégico do Governo Digital.

Enquanto o *GTMI* avalia a maturidade *GovTech* a partir de quatro pilares operacionais, os *Frameworks* de Governação de Dados introduzem uma leitura transversal que considera:

- a qualidade, disponibilidade e interoperabilidade dos dados públicos;
- a governação institucional dos ecossistemas de dados;
- os mecanismos de partilha, reutilização e protecção de dados;
- a confiança digital e a soberania informacional.

Existe, portanto, uma relação directa e estrutural entre os resultados do *GTMI*, especialmente nos pilares *CGSI* e *GTEI*, e as recomendações destes *frameworks*. Um Estado com fraca governação de dados dificilmente alcança elevados níveis de maturidade *GovTech*, uma vez que interoperabilidade, serviços digitais integrados, inteligência artificial

e automação administrativa dependem de dados organizados, seguros, normalizados e juridicamente enquadrados.

A incorporação desses relatórios internacionais na análise do *GTMI* permite:

- validar tecnicamente as fragilidades identificadas pelo índice;
- enriquecer a leitura dos resultados com padrões e *benchmarks* globais;
- reforçar a legitimidade das prioridades estratégicas que Moçambique venha a definir;
- e
- alinhar as reformas nacionais com boas práticas reconhecidas internacionalmente.

Deste modo, o *GTMI* deixa de ser apenas um instrumento de avaliação comparativa e passa a integrar um ecossistema mais amplo de diagnóstico estratégico, articulado com os *frameworks* internacionais de Governação de Dados, Governo Digital e Inteligência Artificial.

O *GTMI* e o presente artigo possuem também utilidade prática directa para vários processos de reforma no quadro jurídico, regulatório e estratégico em curso em Moçambique, passando a constituir ferramentas operacionais de apoio ao planeamento do Governo Digital. Os resultados do índice fornecem uma base empírica sólida para:

- a elaboração da Política e Estratégia Nacional de Governação de Dados, permitindo identificar fragilidades institucionais e técnicas, justificar a centralidade da interoperabilidade e orientar a priorização de sectores e plataformas;
- a revisão do Quadro de Interoperabilidade e o desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade, sustentando a integração sistémica dos sistemas governamentais, orientando decisões sobre padrões técnicos, arquitectura de dados e modelos de governação, e alinhando soluções com metas mensuráveis de maturidade *GovTech*;
- a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, demonstrando que a adopção eficaz e responsável de IA depende de uma governação sólida de dados e de um nível mínimo de maturidade *GovTech*;
- a Estratégia Nacional de Transformação Digital, fornecendo diagnóstico das áreas estruturalmente mais frágeis, orientando a definição de projectos prioritários de impacto sistémico e disponibilizando métricas internacionais para monitorar a evolução das reformas.

Assim, o *GTMI* funciona como um indicador da maturidade do Governo Digital, enquanto este artigo actua como instrumento de tradução estratégica, convertendo os indicadores em

orientações concretas para a governação de dados, a inovação e a Transformação Digital da Administração Pública moçambicana.

Considerando o conjunto de reformas normativas, estratégicas e tecnológicas em curso, é plausível perspectivar uma **tendência de crescimento sustentado do GTMI** de Moçambique nos próximos ciclos de avaliação. A consolidação dos habilitadores *GovTech*, associada à melhoria da interoperabilidade e ao fortalecimento da infraestrutura digital, poderá permitir ao país transitar gradualmente do **Grupo C para o Grupo B**, desde que sejam superadas as limitações no envolvimento digital do cidadão e na expansão dos serviços públicos digitais.

5. Articulação entre o *Framework* de Governação de Dados do Banco Mundial e os Indicadores do *GovTech Maturity Index (GTMI)*

As recomendações apresentadas no relatório do World Bank Group (2025b) evidenciam uma relação directa e estrutural com os indicadores do *GovTech Maturity Index (GTMI)*, demonstrando que a maturidade *GovTech* depende, em larga medida, da existência de um ecossistema sólido de governação de dados. O estudo sublinha que a definição de uma estratégia nacional de dados integrada, o reforço da liderança institucional e a clarificação dos arranjos de governação são pré-requisitos para a consolidação do pilar dos Habilitadores *GovTech (GTEI)*, pois criam a base política, legal e organizacional necessária para a coordenação interinstitucional e para a sustentabilidade das reformas digitais.

Ao mesmo tempo, as recomendações relativas à criação de padrões técnicos, à definição de políticas de gestão do ciclo de vida dos dados, ao estabelecimento de catálogos nacionais de dados e à promoção da interoperabilidade entre sistemas governamentais estão directamente ligadas ao pilar dos Sistemas Centrais de Governo e Infraestrutura Digital (*CGSI*), uma vez que reforçam a integração técnica e semântica das plataformas públicas e criam as condições para um funcionamento coerente do ecossistema digital do Estado.

No domínio da Prestação de Serviços Públicos Digitais (*PSDI*), o relatório evidencia que a qualidade, a disponibilidade e a reutilização segura dos dados públicos são determinantes para a melhoria da eficiência, da integração e da fiabilidade dos serviços digitais. Serviços centrados no cidadão, automatizados e interligados só são viáveis quando sustentados por dados consistentes, actualizados e juridicamente enquadrados, o que demonstra que a

governança de dados é um factor crítico para o aumento do impacto prático da Transformação Digital na administração pública.

Por sua vez, no que respeita ao Envolvimento Digital dos Cidadãos (*DCEI*), o estudo destaca a importância da confiança digital, da protecção de dados pessoais, da transparência no uso da informação e da promoção da literacia digital. Estes elementos são essenciais para aumentar a adesão dos cidadãos aos serviços públicos digitais, reduzir a resistência à sua utilização e fortalecer a legitimidade social da transformação digital do Estado.

Deste modo, o relatório do World Bank Group (2025b) demonstra que a governança de dados não constitui um domínio isolado de política pública, mas um eixo transversal que sustenta todos os pilares do *GTM*. A sua implementação efectiva tem potencial para impulsionar simultaneamente o *GTEI*, ao consolidar o quadro institucional e normativo; o *CGSI*, ao reforçar a interoperabilidade e a arquitectura técnica do Estado; o *PSDI*, ao melhorar a qualidade e integração dos serviços digitais; e o *DCEI*, ao promover confiança, participação e uso efectivo das plataformas governamentais. Assim, a convergência entre as recomendações do *framework* de governança de dados e os indicadores do *GTM* oferece a Moçambique um roteiro estratégico claro para acelerar a maturidade *GovTech* e consolidar uma Transformação Digital verdadeiramente funcional, integrada e orientada para o cidadão.

6. Conclusão

Moçambique evidencia uma trajectória de consolidação progressiva da sua maturidade *GovTech*, ainda que marcada por um ritmo moderado de evolução, mantendo-se no Grupo C do *GTM* no período de 2020 a 2025. A análise integrada dos resultados do índice com o quadro de instrumentos orientadores, legais e regulamentares em elaboração, revisão e planificação demonstra que o país se encontra numa fase de fortalecimento estrutural da sua Governança Digital. O crescimento significativo dos habilitadores *GovTech* reflecte a consolidação de bases institucionais, estratégicas e normativas essenciais para a construção de um ecossistema *GovTech* coerente, sustentável e alinhado com padrões internacionais.

Contudo, a estagnação e o declínio do Envolvimento Digital dos Cidadãos revelam uma assimetria persistente entre o avanço do quadro institucional e a apropriação efectiva dos

serviços públicos digitais pela população e pelo sector produtivo. Esta desconexão evidencia que a maturidade *GovTech* não se esgota na existência de políticas, leis e regulamentos, mas depende criticamente da sua tradução em plataformas funcionais, serviços interoperáveis e experiências digitais simples, acessíveis e confiáveis.

No plano comparativo, Moçambique mantém-se num posicionamento intermédio no contexto da SADC e da CPLP, superando países com níveis mínimos de maturidade digital, mas permanecendo significativamente distante dos líderes regionais e lusófonos, como Maurícias, Tanzânia, Cabo Verde, Portugal e Brasil. Esta posição reflecte um modelo de transformação ainda fortemente orientado para a construção de fundamentos normativos e institucionais, com menor impacto na escala, integração e uso intensivo dos serviços digitais no quotidiano dos cidadãos e das empresas.

À luz da metodologia adoptada, que articula a análise quantitativa do *GTMi* com a leitura qualitativa dos instrumentos estratégicos e regulamentares nacionais, conclui-se que a progressão de Moçambique para patamares superiores de maturidade *GovTech* dependerá menos da produção de novos marcos legais e mais da operacionalização efectiva dos instrumentos já existentes. Torna-se central acelerar a implementação de plataformas interoperáveis, consolidar a arquitectura nacional de dados, expandir e modernizar a infraestrutura digital, e integrar a governação de dados como eixo estruturante de todas as iniciativas de Governo Digital, Inteligência Artificial e Transformação Digital.

Adicionalmente, é indispensável reforçar políticas activas de inclusão e literacia digitais, promover a confiança nos serviços públicos digitais através de segurança, protecção de dados e transparência, e assegurar que os serviços digitais respondam a necessidades concretas da população. Sem este eixo de apropriação social da Transformação Digital, os avanços institucionais permanecerão com impacto limitado no *GTMi* e no desenvolvimento efectivo do Governo Digital.

A consolidação destas dimensões permitirá converter os progressos normativos e institucionais já alcançados em ganhos reais de eficiência administrativa, integração sistémica, transparência governamental e qualidade dos serviços públicos. Mais do que uma melhoria estatística no posicionamento do *GTMi*, este percurso representará a afirmação de um modelo de Governação Digital funcional e orientado a resultados, capaz de sustentar um Governo mais moderno, interoperável, centrado no cidadão e alinhado com as exigências do desenvolvimento socioeconómico sustentável de Moçambique.

Referências Bibliográficas

1. Dener, C., Nankani, G., Vogl, A., & Grun, R. (2021). *GovTech Maturity Index: The state of public sector digital transformation*. World Bank.
2. OECD. (2020). *Digital government index: 2019 results*. OECD. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/4de9f5bb-en>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2026.
3. United Nations. (2022). *United Nations e-government survey 2022: The future of digital government*. United Nations.
4. World Bank Group. (2022a). *GovTech Maturity Index 2022 update: Trends in public sector digital transformation*. World Bank.
5. World Bank Group. (2022b). *GovTech Maturity Index data dashboard: User guide*. World Bank.
6. World Bank Group. (2025a). *GovTech Maturity Index 2025: Tracking public sector digital transformation worldwide*. World Bank.
7. World Bank Group (s.d.). *GovTech Maturity Index (GTMI) Data Dashboard*. World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/data/interactive/2022/10/21/govtech-maturity-index-gtmi-data-dashboard>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2026.
8. World Bank Group (2025b). *Data Governance in Mozambique: Findings and Recommendations Based on a Rapid Diagnostic*. World Bank. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099817512092543722/pdf/IDU-7812f059-6c08-413f-af64-c7a8611c88d2.pdf>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2026.
9. Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação. (s.d.). *Política e Estratégia Nacional de Governação de Dados*. Disponível em: <https://intic.gov.mz/politica-e-estrategia-nacional-de-governacao-de-dados/>.
10. Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação. (s.d.). *Proposta de Lei de Protecção de Dados Pessoais*. Disponível em: <https://intic.gov.mz/proposta-de-lei-de-proteccao-de-dados/>.
11. Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação. (s.d.). *Proposta de Lei de Crimes Cibernéticos*. Disponível em: <https://intic.gov.mz/lei-de-crimes-ciberneticos/>.
12. Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação. (s.d.). *Proposta de Lei de Segurança Cibernética*. Disponível em: <https://intic.gov.mz/lei-de-seguranca-cibernetica/>.